Diário Oficial Eletrônico

Município de São José do Ouro/RS

Criado pela Lei Municipal nº 2456/2019 de 15.07.2019



Endereço: Avenida Laurindo Centenaro, 481 - CEP 99870-000



Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA N.º 256/2024 DE 02 DE SETEMBRO DE 2024

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS.

ANTONIO JOSÉ BIANCHIN, Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder em conformidade com as disposições do art. 31, da Lei Municipal nº 1123/95, de 04.04.1995, e dos arts. 94 a 102, da Lei Municipal 1601/2002, de 30.07.2002, férias a que tem direito os Servidores Municipais abaixo nominados:

SERVIDOR(ES)	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
Ana Paula Tonello	03/05/2023 a 02/05/2024	11/09/2024 a 20/09/2024
Camila da Silva Magnanti	08/07/2023 a 07/07/2024	11/09/2024 a 20/09/2024
Cesar Constante dos Santos	08/06/2023 a 07/06/2024	11/09/2024 a 20/09/2024
Denise Antonia Ebehardt	09/03/2023 a 08/03/2024	11/09/2024 a 20/09/2024
Ilse Zappani	05/11/2023 a 04/11/2024	23/09/2024 a 02/10/2024
Liane Toledo de Almeida	08/06/2023 a 07/06/2024	11/09/2024 a 25/09/2024
Liz Mosele Tonin	09/03/2023 a 08/03/2024	18/09/2024 a 27/09/2024
Rodrigo de Almeida	12/04/2023 a 11/04/2024	16/09/2024 a 05/10/2024
Sandra da Costa Camargo	19/02/2023 a 18/02/2024	16/09/2024 a 05/10/2024
Tissiane Favaretto	16/11/2022 a 15/11/2023	23/09/2024 a 02/10/2024
Vanderléia Maria Pereira de Campos	01/11/2022 a 31/10/2023	11/09/2024 a 20/09/2024
Viviane Stanguerlin	23/01/2023 a 22/01/2024	11/09/2024 a 20/09/2024
Zeferino Marcante	01/04/2023 a 31/03/2024	11/09/2024 a 27/09/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO – RS, 02 DE SETEMBRO DE 2024

> Antonio José Bianchin Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 02 DE SETEMBRO DE 2024

Zeferino Marcante Sec. Geral da Administração



Estado do Rio Grande do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

RESOLUÇÃO Nº 001/2024

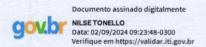
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, nos termos do art. 7°, inciso IV, da Lei nº 2691/2023, de 19/10/2023, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura do Município de São José do Ouro,

RESOLVE:

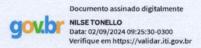
Art. 1º Aprovar o Regimento Interno que disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de São José do Ouro, anexo à presente Resolução, conforme o teor da Ata nº 03/2024 de 08/08/2024, deste Conselho Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Ouro, RS, 02 de setembro de 2024



Presidente do CMC



Nilse Tonello Secretária Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Lazer

O Prefeito Municipal de São José do Ouro, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica. HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO, dando-lhe publicidade através da publicação no Diário Oficial do Município.

São José do Ouro, 02 de setembro de 2024

ANTONIO JOSE BIANCHIN:51021781053 Dados: 2024.09.02 13:06:35 -03'00'

Assinado de forma digital por ANTONIO JOSE BIANCHIN:51021781053

Antonio José Bianchin Prefeito Municipal

"O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente"



Estado do Rio Grande do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento Interno disciplina o funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC, observado o disposto na Lei Municipal nº 2691/2023, de 19 de outubro de 2023.

CAPÍTULO II DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA (CMC), é órgão colegiado de caráter opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, que colabora na elaboração e fiscalização da política cultural do município.

Art. 3º O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA terá as seguintes atribuições, além de outras constantes na legislação específica:

I - formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal da Cultura;

II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal da

Cultura:

III - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no município;

IV - defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua

difusão e proteção;

V - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados

da área da cultura;

VI - criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural.

VII - formular diretrizes para financiamento de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;

VIII - supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Fundo Municipal

de Cultura;

IX - promover e incentivar a realização de estudos e pesquisas na área

cultural.

X - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC;

XI - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;



Estado do Rio Grande do Sul

XIII - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área Cultural;

XIV - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura -

CMC;

XV – alterar o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura - CMC.

Parágrafo único. O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, em composição plenária, poderá delegar o acompanhamento e a fiscalização da execução das parcerias firmadas entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º São Membros titulares do Conselho Municipal de Cultura:

 $\rm I-03$ (três) representantes da Sociedade Civil Organizada dos seguintes segmentos culturais de São José do Ouro:

01 (um) representante de CTG;

01 (um) representante de usuários da cultura e/ou entidades culturais do

Município;

c) 01 (um) representante do Lions Clube.

II - 03 (três) representantes do Poder Público Municipal de São José do

Ouro:

01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura,

Desporto e Lazer;

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

§ 1º Cada Membro titular terá um respectivo suplente, escolhido da mesma forma e na mesma época que o titular.

§ 2º Caberá ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer a presidência do Conselho até que haja eleição própria pela maioria dos votos de seus membros efetivos.

Art. 5º Cada conselheiro (a), titular e suplente, terá mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução tantas vezes quantas se fizerem necessárias;

Art. 6º O Conselho Municipal de Cultura terá a seguinte estrutura organizacional:

Coordenação: Presidente, Vice - Presidente e Secretário;

§ 1º O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir reuniões do plenário, convocar as reuniões e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 2º Nos casos de faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo

Vice-Presidente, e na falta desse pelo Conselheiro mais idoso.

"O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente"



Estado do Rio Grande do Sul

§ 3º O Secretário(a) é o responsável pelo suporte administrativo necessário ao funcionamento do Conselho, bem como a emitir os pareceres, resoluções e redigir as atas de reuniões do conselho, garantindo desta forma a publicidade das decisões.

Art. 7º A ausência em 03 (três) reuniões ordinárias seguidas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de 01 (um) ano, sem justificativa à presidência, implicará em exoneração sumária do Conselheiro.

Art. 8º A participação de todos os membros integrantes no Conselho Municipal da Cultura dar-se-á em caráter gratuito, proibida a percepção de qualquer gratificação ou outra forma de remuneração, uma vez ser reconhecida como de relevante valor social.

Art. 9º O CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, quando convocado pelo respectivo Presidente, ou por um terço dos conselheiros, para deliberação sobre matéria específica, pautada com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

§ 1° As reuniões do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA instalar-se-

ão:

- a) Em primeira convocação, com a maioria dos conselheiros efetivos e/ou os suplentes em exercício no CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA;
- b) Em segunda convocação, quinze minutos após o horário da primeira convocação, com presença de, no mínimo, metade dos Conselheiros;
- c) Em terceira convocação, trinta minutos após o horário da primeira convocação, com, no mínimo um terço dos Conselheiros;
- \S 2° As deliberações serão tomadas por maioria simples, sendo que, em caso de empate, o Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA decidirá:
- § 3º As convocações para as reuniões do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, serão feitas por correspondência eletrônica.
- **Art. 10** Ao Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA compete, com aprovação do Plenário, solicitar a colaboração de qualquer pessoa, para informar ou emitir opinião sobre determinada matéria e participar, sem direito a voto, das discussões das Comissões ou do próprio Conselho e, ainda:
- I Exercer a direção do CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA em todos os seus aspectos, observados os respectivos objetivos
- II Expedir normas e instruções necessárias ao bom andamento das atividades.
- III Fazer cumprir a legislação que rege as atividades do CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA, através de Deliberações ou Resoluções específicas.
 - IV convocar e presidir as sessões do CONSELHO MUNICIPAL DA

CULTURA.

V - aprovar o calendário das Sessões Ordinárias do CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA.



Estado do Rio Grande do Sul

VI - aprovar a pauta de cada Sessão do CONSELHO MUNICIPAL DA

CULTURA,

VII - distribuir processos e matérias afetas ao CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, aos Grupos de Trabalho que forem instituídos.

VIII - exercer o direito de voto qualificado quando houver empate nas deliberações dos integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

IX - dirigir as discussões durante as sessões do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, concedendo a palavra aos Conselheiros e coordenando os debates

X - encaminhar as deliberações do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA que impliquem em providências a serem tomadas pelo Governo Municipal.

XI -fazer executar as decisões do CONSELHO MUNICIPAL DE

CULTURA.

XII - representar o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

XIII - delegar poderes ao Vice- Presidente

XIV - determinar a publicação dos atos do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA no Diário Oficial.

Art. 11 A Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA somente pode ser exercida por Conselheiro Titular.

Art. 12 O Vice-Presidente substituirá o Presidente em seus impedimentos e ausências, e o sucederá em caso de vacância do cargo, completando o mandato.

Parágrafo único. Ao Vice-Presidente compete auxiliar o Presidente, no planejamento de ações, integração e coordenação geral do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, assim como exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Art. 13 À Secretaria do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, que será integrada pelo Primeiro e pelo Segundo Secretários, compete apoiar técnica e administrativamente os trabalhos do Conselho, preparando as sessões, elaborando atas, atendendo solicitação de diligências, revendo e preparando matéria de divulgação, publicação e outros encargos de natureza técnica e administrativa que lhe forem confiados pela Presidência

Art. 14 No impedimento ou na ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURAL, assumirá a Presidência o Primeiro Secretário; na ausência deste, o Segundo Secretário; e, em último caso, um dos conselheiros será eleito pelos demais para assumir temporariamente.

Art. 15 Matéria vencida não voltará a debate, no mesmo exercício anual, salvo se forem aduzidos novos elementos, referendados por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.

Art. 16 Ao Conselheiro Suplente que não esteja no exercício da titularidade, é facultada a participação nas sessões plenárias do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, com direito a voz, mas sem direito a voto.

Art. 17 Em qualquer ausência do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente assumirá, com direito à voz e voto.



Estado do Rio Grande do Sul

Art. 18 O conselheiro que faltar, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas, durante o ano, perderá automaticamente o mandato.

Art. 19 As faltas dos Conselheiros deverão ser justificadas por correspondência eletrônica, e encaminhadas à Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA até a reunião subsequente a da ausência.

Art. 20 A indicação para substituição de Membros Titulares ou Suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, deverá ser apresentada na assembleia geral ordinária subsequente àquela da ausência ou renúncia do Conselheiro a ser substituído, pelo Poder Público ou pelo segmento correspondente da Sociedade Civil. Parágrafo único. O novo Conselheiro completará o mandato do Conselheiro substituído.

Seção I DO PLENÁRIO

Art. 21 Ao CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, em composição plenária, compete:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro Secretário e o Segundo Secretário do Conselho

II - sugerir as diretrizes das políticas culturais do Município.

III - indicar representantes para o COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA.

IV - propor e acompanhar a elaboração e a execução dos planos e programas relativos à aplicação de recursos destinados à Cultura.

V - deliberar sobre:

a) propostas de alteração deste Regimento Interno.

b) processos de registro e reconhecimento de entidades culturais, no CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

c) propostas que visem à proteção e preservação de bens materiais e imateriais, de valor histórico, bibliográfico, artístico, cultural, e paisagístico do Município de São José do Ouro.

d) projetos encaminhados ao Conselho que visem à realização de eventos de natureza cultural e artística.

e) instituição de grupos de trabalho para pautas específicas.

f) quaisquer matérias que lhe forem submetidas pelo Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 22 As eleições, que deverão ocorrer, no máximo, até 90 (noventa) dias antes do final de cada mandato, concretizar-se-ão mediante a apresentação de chapas completas pelos interessados, contemplando candidaturas à Presidência, Vice-Presidência, 1ª Secretaria e 2ª Secretaria.

Diário Oficial Eletrônico | São José do Ouro-RS. segunda-feira, 02 de setembro de 2024 | Nº 151

Página 9

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de chapa única, a eleição poderá ser feita por aclamação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA será identificado pela sigla "CMC".

Art. 24 O Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA somente poderá ser alterado ou emendado por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Art. 25 O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA expedirá instruções normativas quanto a respectiva comunicação institucional, a criação de grupos de trabalho, a solicitação de subsídios técnicos, a participação da Sociedade Civil, o processo de registro e reconhecimento de entidades culturais, e o que mais se fizer necessário.

Art. 26 Os casos omissos neste Regimento serão discutidos e decididos em assembleias do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 27 Este Regimento Interno entrará em vigor na data da respectiva publicação.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E LAZER SÃO JOSÉ DO OURO, 30 DE AGOSTO DE 20024

NILSE TONELLO,

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Nilse Tonello

Presidente

Noeli Gallina

Secretário(a)

Comunicação de Resultado de Processo Licitatório

MODALIDADE: Processo de Dispensa - Lei 14133/21 - POLETTO FABR. DE ESTR. DE CONCRETO LTDA

NUMERO....: 0032/24

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO.: 27/08/2024 DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/09/2024

DATA DO SORTEIO DE DESEMPATE..:

EMPRESA.: POLETTO FABR. DE ESTR. DE CONCRETO LTDA

ENDEREÇO:

TELEFONE: 5433521218

Comunicamos que conforme o Processo Licitatório supra, essa Empresa foi vencedora nos seguintes itens:

Item Qtdade Unidade Especificações

Valor Unit. Valor Total 53.328,2900 53.328,2900

001 1 сј

PINTURA NOS CANTEIROS DAS AVENIDAS MARECHAL FLORIANO E JOSÉ GELAIN E SERVIÇOS REMANESCENTES NO LETREIRO DA HÍPICA:

1. CANTEIROS (INCLUINDO MOBILIÁRIOS, FLOREIRAS

Aplicação manual de tinta látex acrílica em parede externas de casas, duas demãos.

2. REMANESCENTES LETREIRO HÍPICA

Escavação manual para viga baldrame ou sapata corrida

Concreto fck = $20\,\mathrm{mpa}$, traço 1:2,7:3 (em massa seca de cimento/ areia média/brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l.

Chapisco aplicado em alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro. Argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 4001.

Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em panos cegos de fachada (sem presença de vãos), espessura de 25~mm.

Alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto de 14x19x29cm (espessura 14 cm) argamassa assentamento preparo manual Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor.

Aplicação manual de tinta látex acrílica em parede externas de casas, duas demãos.

Mão de obra de Pedreiro, Servente e Calceteiro.

Marca:

1

Comunicação de Resultado de Processo Licitatório

MODALIDADE: Processo de Dispensa - Lei 14133/21 - POLETTO FABR. DE ESTR. DE CONCRETO LTDA

NUMERO...: 0032/24

Totalização: 53.328,29

Transcorrido o prazo regulamentar de três dias úteis, e não havendo recursos, será homologada e adjudicada a presente licitação e poderá ser extraída a documentação fiscal atinente, razão pela qual a empresa adjudicada deverá verificar junto ao setor de licitações sobre a necessidade de assinatura de contratos ou outras providências necessárias.

SÃO JOSÉ DO OURO , em 02 de Setembro de 2024

2